

Título do capítulo CAPÍTULO 04 - RADAR SOCIAL: SAÚDE

Título do livro RADAR SOCIAL: 2006

Organizadores(as) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos Sociais

Cidade Brasília

Editora Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Ano 2006

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2018

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).
Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

4. Saúde

Os problemas de saúde de uma população podem ser identificados sob diferentes enfoques. As condições de morbidade, de que as pessoas adoecem, e de mortalidade, de que as pessoas morrem, são aproximações usuais para retratar o perfil epidemiológico da população.

Nesta edição do Radar Social, a análise está centrada nas alterações na mortalidade ocorridas no período entre 2001 e 2004, com destaque para os seguintes aspectos: (i) a continuidade na redução da mortalidade infantil; (ii) a manutenção da tendência de redução proporcional da mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias e a elevação proporcional das neoplasias e das doenças do aparelho respiratório; (iii) manutenção, em patamares ainda elevados, da mortalidade por causas externas.

A redução da mortalidade infantil é uma tendência observada desde do começo dos anos 90. O ritmo dessa redução, no entanto, é menor no período analisado. A taxa caiu de 25,6 por mil nascidos vivos, em 2001, para 22,5 em 2004 (ver tabela 1). A redução ocorreu com maior intensidade na região nordeste, mas, em alguns desses estados, as taxas ainda são de duas a três vezes mais elevadas que nos estados das regiões sul e sudeste.

Entre 2001 e 2004, mantém-se a tendência observada nas últimas décadas de redução das doenças infecciosas e parasitárias e das afecções originárias no período perinatal. Em contrapartida, observa-se elevação das neoplasias e das doenças do aparelho circulatório, típicas da mudança do perfil epidemiológico da população pelo envelhecimento.

Um problema com grande impacto sobre a mortalidade da população brasileira é a violência. As causas externas (particularmente, homicídios e acidentes de transporte) são a terceira causa de morte. A proporção de óbitos por causas externas manteve-se relativamente estável: 14,6%, em 2001 e 14,2% em 2004. No entanto, o diferencial das taxas entre as unidades da federação é significativo, alcançando 44,6 óbitos por 100 mil no Acre e 97,8 por 100 mil no Rio de Janeiro (ver mapa 1). Aqui, ao contrário da mortalidade infantil, o problema está concentrado em estados com maior nível de desenvolvimento econômico, mas, nos quais esse desenvolvimento não tem sido suficiente para garantir maior equidade e justiça social.

4.1. Mortalidade infantil

No ano de 2001 a taxa de mortalidade infantil (número de óbitos de crianças de menos de 1 ano de idade por mil nascidas vivas) brasileira era de 25,6 por mil. Em 2004 a taxa se reduz para 22,5 por mil nascidos vivos, uma diminuição de 12,1% em relação à de 2001 (ver tabela 1).

As desigualdades socioeconômicas entre as unidades da Federação podem também ser evidenciadas no índice de mortalidade infantil. Em 2001, a taxa de mortalidade infantil mais elevada foi registrada no estado de Alagoas, com 54,9 óbitos, por mil

nascidos vivos. No Distrito Federal, a taxa foi de 15,2 óbitos, a mais baixa, enquanto a média brasileira era de 25,6 por mil. Em 2004, houve redução para 47,1 por mil em Alagoas e para 13,9 no Distrito Federal, enquanto a média brasileira baixou para 22,5 óbitos por mil. A taxa de mortalidade infantil apresentou redução em todas as regiões e entes federados. A mais expressiva foi observada na região nordeste (13,5%) sendo mais representativa nos estados do Ceará, 15,5%; da Bahia, 14,4%; do Piauí, 14,3% e em Alagoas com 14,2%. No conjunto dos estados, a maior redução foi verificada no Espírito Santo, com 15,9%. Os estados onde a redução foi menor foram Rio Grande do Sul (3,8%), Tocantins (5,1%) e Rio de Janeiro (5,5%) (ver mapa 3). De um modo geral, observa-se que a velocidade na redução de taxas de mortalidade é maior quanto mais alta é a taxa inicial. Por outro lado, a magnitude da diminuição anual da taxa de mortalidade infantil no Brasil como um todo caiu em relação à década passada. Enquanto entre 1996 e 2000, houve uma redução média anual de 4,4%, entre 2001 e 2004, essa média anual foi de 3,0%. Em regiões mais pobres as taxas elevadas estão fortemente ligadas a fatores sociais e ambientais, como carência alimentar e saneamento básico inadequados. A diminuição desses fatores com ações coletivas de tratamento de água, campanhas de vacinação, aleitamento materno e orientação para re-hidratação oral de crianças, vem reduzindo as elevadas taxas mortalidade infantil. As desigualdades na mortalidade infantil nos estados também são provocadas por fatores como as diferenças de escolaridade da mãe e os distintos graus de urbanização.

A mortalidade infantil costuma ser dividida em três períodos: (i) a mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias); (ii) neonatal tardia (7 a 27) dias; e (iii) pós-neonatal (1 a 11 meses). Em períodos recentes, a redução mais acentuada na taxa de mortalidade infantil tem estado associada à redução da mortalidade pós-neonatal. O resultado é que se vem tornando proporcionalmente maior a participação dos dois componentes neonatais, que são dependentes do acesso a serviços adequados de pré-natal, de assistência ao parto, à puérpera e ao recém-nascido.

A mortalidade neonatal precoce é atualmente responsável por mais da metade dos óbitos em menores de um ano, evidenciando que, a despeito do aumento do acesso a serviços de saúde, proporcionado pelo SUS à população, há uma ainda deficiente qualidade da atenção à gestante, ao parto e ao recém-nascido.

4.2. Mortalidade na infância por doenças diarréicas

A mortalidade proporcional de crianças menores de cinco anos por doenças diarréicas corresponde ao percentual de óbitos por doença diarréica aguda, em relação ao total de óbitos de menores de cinco anos de idade. A diarreia na infância, embora de prevenção relativamente fácil e tratamento de baixo custo, pode ser considerada um problema relevante de saúde pública no Brasil, pois apresenta incidência e letalidade altas. É um indicador de saúde capaz de expressar desigualdade, alcançando valores mais elevados entre populações infantis expostas a piores condições socioeconômicas, de saneamento e de assistência à saúde.

Em todas as regiões brasileiras, a mortalidade proporcional por doenças diarréicas se reduziu (ver mapa 4). A média brasileira se reduz de 4,4%, em 2001, para 3,9%, em 2004 (ver tabela 2). Nesse mesmo ano, a menor média regional foi registrada no Sudeste (1,9%) e a maior a observada na região norte (6,1%).

A mortalidade proporcional em menores de cinco anos da raça negra é mais elevada que para a raça branca em todas as regiões, exceto no Nordeste. O maior diferencial entre as raças, encontra-se na região sul, onde em 2004, os brancos têm mortalidade proporcional de 1,9% e os negros de 4,0%.

4.3. Mortalidade materna

No Brasil, a mortalidade materna, ou seja, os óbitos de mulheres em idade fértil por causas relacionadas à gravidez, parto e puerpério, esteve situada no período entre 50 e 55 por 100 mil nascidos vivos. A avaliação da evolução deste indicador nas unidades federadas e em algumas regiões é muito prejudicada pelo sub-registro dessa causa de óbito. Alguns estudos demonstraram que o sub-registro da razão de mortalidade alcança 40,0% para a média nacional, o que elevaria a média nacional a algo em torno a 70 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos (ver tabela 8). A morte de mulheres em idade fértil por causas maternas não tem grande peso na estrutura geral da mortalidade feminina: com efeito, representam menos de 3,0% do total de causas definidas entre as mulheres. Contudo, trata-se de um importante indicador de saúde da mulher, e seu monitoramento é justificado pelo fato de que mais de 90,0% das causas de mortalidade materna são evitáveis quando a mulher tem acesso a serviços de saúde de qualidade, com a possibilidade de assistência adequada à gravidez, ao parto, ao puerpério e, especialmente, aos problemas decorrentes do abortamento.

4.4. Mortalidade geral

Agrupam-se em sete grandes causas o total de óbitos no Brasil no ano de 2004: doenças do aparelho circulatório (31,8%); neoplasias (15,7%); causas externas (14,2%); doenças do aparelho respiratório (11,4%); doenças infecciosas e parasitárias (5,1%); doenças originadas no período perinatal (3,5%) e; demais causas definidas (18,3%).

Mantendo tendência já observada na década de noventa, ocasionada pelo processo de desenvolvimento socioeconômico, envelhecimento da população e aumento da cobertura das ações de saúde e saneamento, o perfil da mortalidade vem se alterando no país. Aumentou a mortalidade por doenças não-transmissíveis, como as neoplasias (câncer) que crescem de 14,9% em 2000, para 15,7% em 2004 e as doenças do aparelho respiratório, que se elevam de 10,9% para 11,4% no mesmo período. Essas causas estão associadas ao estilo de vida e as condições de trabalho das pessoas e podem ser reduzidas com medidas de controle de fatores de risco. Um perfil de mortalidade onde predominam doenças não-transmissíveis é indicador de população em um estágio socioeconômico mais elevado. No caso brasileiro, entretanto, ainda se convive com uma proporção desconfortável de mortes por doenças infecciosas e parasitárias (5,1%), especialmente nas regiões norte e nordeste, onde em alguns estados esse indicador é de aproximadamente 8% (ver tabela 3). Apesar da participação das infecciosas e parasitárias ter se reduzido de 5,5% em 2001, para 5,1% em 2004, do total de óbitos com causas definidas, o

número absoluto de óbitos por esse grupo de doenças cresceu de 45.032, em 2001, para 45.877, em 2004.

4.5. Mortalidade por causas externas

As causas externas são compostas pelos acidentes de trânsito, suicídios e homicídios, entre outras causas. Em 2000 elas representavam 14,9% da mortalidade total e, em 2004, esse percentual se eleva para 15,7%. As causas externas possuem grandes diferenciais por gênero e idade: 84,4% das vítimas são do sexo masculino e 50,0% na faixa etária de 20 a 39 anos (ver tabela 4).

Os estados que apresentam, em 2004, mortalidade por causas externas mais elevadas são Rio de Janeiro (97,8 por 100 mil habitantes), Espírito Santo (97,6), Rondônia (93,9) e Mato Grosso (93) (ver tabela 5). A reduzida mortalidade por acidentes de transporte faz com que os estados do Maranhão (37,4 por 100 mil habitantes), Acre (44,6), Piauí (45,3) e Amazonas (46,5) apresentem menores taxas de mortalidade por causas externas (ver tabelas 5 e 6).

As taxas de mortalidade por causas externas se elevaram em todas as regiões, exceto na sudeste, devido às reduções ocorridas nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. São Paulo teve sua taxa reduzida de 90,4 para 74,0 mortes por 100 mil habitantes (ver mapa 5). Como a taxa de mortes por acidente de transportes em São Paulo se elevou de 16,1 para 18,0 entre 2001 e 2004, a redução da mortalidade por causas externas está relacionada à redução da taxa de mortes causadas por homicídios, que era de 41,9 por 100 mil habitantes em 2001 e caiu para 28,5 em 2004 (ver tabela 7). Além de São Paulo, que teve redução da taxa de mortalidade por causas externas de 18,1%, outros oito estados tiveram suas taxas de mortalidade reduzidas, destacando-se Acre (20,1%), Amapá (9,9%) e Pernambuco (8,2%). Em outros estados da federação a elevação das taxas de mortalidade por causas externas foi significativa: 51,4% na Paraíba, 23% em Minas Gerais e 18,7% no Pará (ver mapa 5).

4.6. Anexo de Gráficos, Tabelas e Mapas

TABELA 1
Coefficiente de mortalidade infantil, por região e UF – 2001 a 2004

	2001	2002	2003	2004	Var 2001-2004 em percentuais
Região Norte	27,8	27,0	26,2	25,6	-7,9
Rondônia	24,6	23,7	22,9	22,2	-9,9
Acre	34,4	33,2	32,2	31,2	-9,3
Amazonas	28,3	27,6	27,1	26,5	-6,4
Roraima	21,5	20,5	19,7	19,0	-11,5
Pará	28,0	27,1	26,3	25,5	-8,7
Amapá	25,2	24,5	23,9	23,3	-7,4
Tocantins	28,7	28,1	27,7	27,3	-5,1
Região Nordeste	39,2	37,2	35,5	33,9	-13,5
Maranhão	40,3	38,4	36,7	35,2	-12,8
Piauí	35,0	33,1	31,5	30,0	-14,3
Ceará	34,9	32,8	31,0	29,4	-15,5
Rio Grande do Norte	39,6	37,9	36,4	35,1	-11,4
Paraíba	42,9	40,9	39,2	37,6	-12,6
Pernambuco	42,6	40,7	39,1	37,6	-11,8
Alagoas	54,9	52,0	49,4	47,1	-14,2
Sergipe	37,6	36,3	35,2	34,3	-8,8
Bahia	35,4	33,5	31,8	30,3	-14,4
Região Sudeste	16,8	15,7	15,6	14,9	-11,3
Minas Gerais	16,2	15,0	14,8	14,1	-13,0
Espírito Santo	17,9	16,1	16,4	15,0	-15,9
Rio de Janeiro	18,2	17,9	17,7	17,2	-5,5
São Paulo	16,5	15,3	15,2	14,5	-12,2
Região Sul	16,4	16,0	15,8	15,0	-8,7
Paraná	17,5	16,8	16,5	15,5	-11,2
Santa Catarina	15,5	15,3	14,1	13,6	-12,2
Rio Grande do Sul	15,8	15,6	16,0	15,2	-3,8
Região Centro-Oeste	20,6	19,3	18,7	18,8	-9,0
Mato Grosso do Sul	24,0	20,3	20,1	21,3	-11,3
Mato Grosso	22,6	21,8	21,0	20,4	-9,7
Goiás	20,7	20,0	19,4	19,1	-8,0
Distrito Federal	15,2	13,6	13,3	13,9	-8,1
Total	25,6	24,3	23,6	22,5	-12,1

Fonte: MS/SUS e IBGE

TABELA 2
Mortalidade proporcional de menores de cinco anos por doenças diarreicas, por UF – 2001 a 2004

	Ano				Var 2001-2004 em percentuais
	2001	2002	2003	2004	
Rondônia	3,7	2,5	4,6	2,7	-27,4
Acre	4,3	8,6	5,0	7,4	72,5
Amazonas	4,6	6,1	5,3	6,3	35,2
Roraima	5,4	6,1	13,3	4,3	-19,7
Pará	4,8	5,1	3,8	4,3	-10,0
Amapá	3,1	1,7	4,3	1,4	-54,9
Tocantins	8,9	8,0	6,8	8,1	-9,3
Norte	4,9	5,3	4,8	4,9	-0,2
Maranhão	5,7	5,7	5,8	4,6	-18,2
Piauí	6,4	6,8	5,4	5,2	-17,9
Ceará	8,8	9,5	6,4	5,7	-34,7
Rio Grande do Norte	2,8	4,3	5,0	4,6	60,9
Paraíba	4,6	5,3	4,7	3,9	-14,0
Pernambuco	6,6	8,2	8,8	9,8	48,4
Alagoas	10,4	8,1	11,4	9,9	-5,0
Sergipe	8,3	5,5	6,7	5,7	-30,8
Bahia	5,5	5,4	6,0	4,6	-15,8
Nordeste	6,7	6,8	6,9	6,1	-8,1
Minas Gerais	2,6	2,4	2,3	2,0	-23,6
Espírito Santo	2,5	2,7	3,8	2,5	0,8
Rio de Janeiro	2,1	1,5	2,0	1,9	-9,0
São Paulo	2,5	2,3	1,8	1,7	-31,6
Sudeste	2,5	2,2	2,1	1,9	-24,1
Paraná	2,9	3,2	1,9	2,6	-11,2
Santa Catarina	2,8	2,3	2,1	2,0	-29,0
Rio Grande do Sul	1,9	1,4	1,9	1,7	-10,1
Sul	2,5	2,3	2,0	2,1	-15,5
Mato Grosso do Sul	6,1	7,5	7,3	7,3	19,8
Mato Grosso	4,9	5,4	4,4	3,6	-26,4
Goiás	3,3	2,6	2,1	2,5	-23,9
Distrito Federal	2,4	2,4	2,6	2,5	4,6
Centro-Oeste	4,2	4,3	3,9	3,9	-7,2
Brasil	4,4	4,4	4,3	3,9	-10,3

Fonte: MS/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

TABELA 3

Taxa de mortalidade (100.000 hab) por doenças infecciosas ou parasitárias, por UF – 2001 a 2004

	Ano				Var 2001-2004 em percentuais
	2001	2002	2003	2004	
Rondônia	21,1	20,1	21,1	18,9	-10,7
Acre	27,9	28,7	26,1	25,8	-7,3
Amazonas	24,5	23,7	22,4	22,4	-8,7
Roraima	19,9	15,1	25,7	15,6	-21,7
Pará	22,9	21,2	23,3	23,5	2,8
Amapá	22,1	20,9	19,5	15,5	-29,6
Tocantins	21,8	19,2	18,1	18,4	-15,6
Norte	23,1	21,6	22,4	21,9	-5,0
Maranhão	16,2	16,1	16,7	15,8	-2,6
Piauí	18,4	20,2	20,1	17,5	-4,6
Ceará	24,7	26,0	24,5	23,6	-4,3
Rio Grande do Norte	17,0	18,5	18,0	20,0	17,7
Paraíba	17,3	17,6	20,1	20,3	17,1
Pernambuco	29,6	31,3	31,3	32,0	8,2
Alagoas	36,7	33,6	29,8	26,9	-26,8
Sergipe	24,5	19,6	19,9	19,7	-19,4
Bahia	24,0	23,4	25,1	23,4	-2,5
Nordeste	23,7	23,8	24,0	23,2	-1,8
Minas Gerais	26,9	25,7	27,6	26,7	-0,9
Espírito Santo	17,9	16,6	20,0	18,9	5,1
Rio de Janeiro	36,4	37,1	38,5	38,4	5,4
São Paulo	28,6	27,2	26,4	25,7	-9,9
Sudeste	29,3	28,4	28,8	28,1	-3,8
Paraná	20,8	20,4	20,0	19,3	-7,1
Santa Catarina	20,6	20,2	21,4	20,9	1,6
Rio Grande do Sul	26,5	26,6	28,2	26,8	1,0
Sul	23,1	22,9	23,6	22,7	-1,7
Mato Grosso do Sul	24,4	24,9	26,2	25,2	3,1
Mato Grosso	25,3	24,7	24,4	25,6	1,2
Goiás	31,0	28,5	28,2	26,3	-15,2
Distrito Federal	20,4	24,6	21,6	20,8	2,0
Centro-Oeste	26,7	26,4	25,9	25,0	-6,6
Brasil	26,1	25,6	26,0	25,3	-3,3

Fonte: MS/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, MS/SUS e IBGE

TABELA 4

Taxa de Mortes por Causas Externas, por UF e Sexo (100 mil hab) – 2001 a 2004

	2001		2002		2003		2004		Var 2001-2004 em percentuais	
	Hom.	Mulh.	Hom.	Mulh.	Hom.	Mulh.	Hom.	Mulh.	Hom.	Mulh.
	Rondônia	159,7	29,8	171,3	28,2	161,1	24,4	159,9	24,6	0,2
Acre	93,3	17,9	114,6	21,5	99,1	18,2	74,9	14,1	-19,7	-21,4
Amazonas	72,3	13,9	76,5	12,7	76,3	13,2	76,9	15,9	6,3	14,9
Roraima	166,8	24,3	162,9	29,2	143,7	21,6	151,4	28,5	-9,3	17,2
Pará	68,8	13,5	78,4	13,7	82,2	13,2	84,8	12,8	23,3	-5,0
Amapá	135,8	19,7	138,0	25,4	123,8	27,2	120,2	20,0	-11,5	1,2
Tocantins	93,9	23,8	94,8	21,6	98,1	23,8	102,1	25,9	8,7	8,6
Norte	87,7	16,9	95,5	17,0	94,7	16,3	95,3	16,7	8,7	-1,5
Maranhão	53,8	10,3	57,1	12,3	61,3	13,9	62,1	12,9	15,4	25,3
Piauí	63,8	13,5	66,8	15,7	71,0	15,9	76,9	14,7	20,5	8,6
Ceará	93,7	16,1	99,8	17,7	105,7	17,5	107,6	17,1	14,9	6,8
Rio Gr. do Norte	87,0	17,1	90,2	15,9	88,5	16,2	97,1	14,6	11,6	-14,6
Paraíba	62,6	10,5	84,9	14,0	79,0	12,1	95,6	14,6	52,7	38,4
Pernambuco	173,5	21,5	166,6	21,4	164,5	21,0	158,2	21,0	-8,8	-2,6
Alagoas	110,5	16,4	123,1	15,6	123,3	16,6	124,9	17,3	13,1	5,5
Sergipe	120,4	19,0	122,7	18,9	111,6	19,5	111,2	20,3	-7,7	6,8
Bahia	83,6	15,6	91,6	17,3	92,4	16,6	92,7	17,7	10,9	13,4
Nordeste	96,8	15,8	101,9	17,0	102,6	16,9	104,1	17,1	7,6	8,0
Minas Gerais	80,6	17,9	85,6	18,8	96,1	19,9	101,3	20,1	25,7	12,2
Espírito Santo	162,0	27,5	172,2	28,5	167,5	27,5	167,6	29,1	3,4	6,1
Rio de Janeiro	180,4	31,6	191,7	31,0	183,7	30,9	172,1	29,7	-4,6	-6,1
São Paulo	158,9	24,5	149,6	24,0	139,6	23,2	126,7	23,8	-20,3	-2,7
Sudeste	143,7	24,5	142,8	24,3	138,5	24,1	130,9	24,3	-8,9	-0,5
Paraná	120,8	23,3	124,0	23,8	127,7	26,2	138,8	27,6	14,9	18,3
Santa Catarina	102,5	22,3	108,1	24,2	110,3	22,6	110,3	24,9	7,6	11,6
Rio Grande do Sul	108,6	21,2	108,8	24,7	106,9	24,6	109,6	23,1	1,0	8,9
Sul	111,9	22,2	114,5	24,2	115,6	24,8	120,9	25,2	8,0	13,2
Mato Gr. do Sul	129,2	27,1	139,9	30,7	138,7	30,1	146,1	29,2	13,1	7,5
Mato Grosso	151,6	27,5	159,4	32,5	152,8	28,1	155,1	27,6	2,3	0,4
Goiás	120,9	25,0	127,2	27,7	123,2	24,6	123,8	24,5	2,4	-1,8
Distrito Federal	133,0	21,5	123,5	24,9	134,8	24,4	125,1	21,5	-6,0	0,0
Centro-Oeste	131,2	25,3	136,0	28,7	134,5	26,3	134,9	25,4	2,8	0,6
Brasil	120,6	21,2	122,9	22,0	121,3	21,8	119,4	21,9	-1,0	3,5

Fonte: MS/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, MS/SUS e IBGE

TABELA 5

Taxa de mortalidade de causas externas por UF (100 mil hab), por UF – 2001 a 2004

	Ano				Var 2001-2004 em percentuais
	2001	2002	2003	2004	
Rondônia	96,5	99,1	92,0	93,9	-2,6
Acre	55,9	69,1	59,5	44,6	-20,1
Amazonas	43,3	45,1	45,3	46,5	7,6
Roraima	97,3	96,2	82,5	89,9	-7,5
Pará	41,5	46,4	48,0	49,3	18,7
Amapá	78,0	84,6	78,0	70,3	-9,9
Tocantins	59,7	59,5	62,3	64,8	8,6
Norte	52,8	56,7	56,0	56,4	6,9
Maranhão	32,0	34,7	37,5	37,4	17,0
Piauí	38,4	41,1	43,2	45,3	18,2
Ceará	54,0	57,9	60,7	61,5	13,9
Rio Grande do Norte	51,6	52,4	51,6	55,1	6,7
Paraíba	35,8	49,3	44,7	54,2	51,4
Pernambuco	95,1	91,7	90,5	87,3	-8,2
Alagoas	62,4	68,2	68,8	69,8	12,0
Sergipe	68,7	69,9	64,7	64,9	-5,6
Bahia	49,2	54,1	54,2	54,9	11,5
Nordeste	55,6	58,8	59,0	59,9	7,7
Minas Gerais	49,0	51,9	57,6	60,3	23,0
Espírito Santo	94,2	99,6	96,8	97,6	3,6
Rio de Janeiro	103,2	108,3	104,1	97,8	-5,2
São Paulo	90,4	85,4	80,1	74,0	-18,1
Sudeste	82,9	82,3	80,0	76,4	-7,9
Paraná	71,7	73,4	76,5	82,6	15,3
Santa Catarina	62,3	66,0	66,2	67,4	8,1
Rio Grande do Sul	64,0	65,9	65,0	65,5	2,2
Sul	66,6	68,8	69,6	72,4	8,7
Mato Grosso do Sul	78,3	85,3	84,3	87,5	11,7
Mato Grosso	91,3	97,7	92,1	93,0	1,8
Goiás	72,8	77,2	73,7	73,9	1,6
Distrito Federal	74,9	72,0	77,2	71,1	-5,0
Centro-Oeste	78,1	82,1	80,2	79,9	2,3
Brasil	70,2	71,7	70,8	69,9	-0,4

Fonte: MS/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, MS/SUS e IBGE

TABELA 6

Taxa de mortalidade de acidentes de transporte (100 mil hab), por UF – 2001 a 2004

	Ano				Var 2001-2004 em percentuais
	2001	2002	2003	2004	
Rondônia	22,9	25,4	26,4	26,8	16,6
Acre	17,8	22,2	16,9	13,5	-23,8
Amazonas	9,5	11,2	11,0	12,7	33,4
Roraima	38,0	38,9	23,0	22,2	-41,6
Pará	12,8	14,5	14,2	14,0	9,2
Amapá	22,7	25,1	22,0	21,1	-6,9
Tocantins	24,2	25,6	24,8	30,4	25,6
Norte	15,4	17,3	16,4	17,0	10,2
Maranhão	9,8	12,4	12,5	14,5	47,2
Piauí	14,1	17,3	16,3	17,7	25,3
Ceará	18,1	19,7	20,0	20,6	13,9
Rio Grande do Norte	15,1	15,3	14,5	14,7	-2,5
Paraíba	12,8	19,7	14,9	18,4	43,5
Pernambuco	16,9	18,5	17,5	17,1	0,9
Alagoas	19,4	20,3	17,8	18,9	-2,4
Sergipe	19,1	21,6	20,7	22,2	16,1
Bahia	9,5	10,2	9,7	9,8	3,2
Nordeste	13,9	15,7	14,9	15,6	12,6
Minas Gerais	15,1	15,7	16,4	18,1	19,7
Espírito Santo	25,9	28,7	24,9	25,8	-0,3
Rio de Janeiro	18,7	19,0	18,8	18,2	-2,6
São Paulo	18,5	16,8	18,1	18,0	-2,8
Sudeste	18,0	17,5	18,1	18,4	2,1
Paraná	26,2	27,0	28,1	31,0	18,3
Santa Catarina	28,7	30,3	30,3	32,3	12,5
Rio Grande do Sul	18,1	20,4	19,7	20,3	12,2
Sul	23,5	25,0	25,2	27,0	15,0
Mato Grosso do Sul	23,8	29,2	26,5	30,6	28,3
Mato Grosso	27,9	32,6	27,5	32,3	16,1
Goiás	26,6	28,8	28,3	28,6	7,5
Distrito Federal	23,4	24,0	26,4	21,8	-7,0
Centro-Oeste	25,8	28,8	27,5	28,5	10,5
Brasil	18,0	18,9	18,8	19,5	8,3

Fonte: MS/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, MS/SUS e IBGE

TABELA 7

Taxa de mortalidade de homicídios (100 mil hab), por UF – 2001 a 2004

	Ano				Var 2001-2004 em percentuais
	2001	2002	2003	2004	
Rondônia	40,7	40,9	36,9	37,4	-8,2
Acre	21,1	25,6	24,3	17,7	-15,9
Amazonas	16,7	17,2	18,2	16,6	-0,5
Roraima	32,0	34,1	28,7	22,2	-30,8
Pará	15,2	18,2	20,9	22,2	46,0
Amapá	36,5	35,7	35,1	30,0	-17,8
Tocantins	17,9	14,1	16,5	15,5	-13,5
Norte	20,0	21,5	22,6	22,1	10,6
Maranhão	9,8	10,3	13,4	12,2	23,8
Piauí	9,1	10,6	10,1	11,0	20,1
Ceará	17,0	18,7	19,9	19,8	16,6
Rio Grande do Norte	11,4	10,4	13,9	11,7	1,8
Paraíba	14,0	17,3	17,4	19,1	36,6
Pernambuco	58,8	54,0	54,9	49,3	-16,2
Alagoas	29,1	34,0	35,3	34,8	19,6
Sergipe	28,5	29,8	24,7	22,5	-21,1
Bahia	12,3	13,1	16,0	16,5	34,3
Nordeste	21,9	22,3	23,8	22,8	4,0
Minas Gerais	13,1	16,2	20,6	22,6	72,9
Espírito Santo	46,0	50,8	49,4	48,3	5,0
Rio de Janeiro	50,6	56,1	54,0	49,2	-2,7
São Paulo	41,9	37,6	35,8	28,5	-32,1
Sudeste	36,7	36,6	36,3	31,9	-12,9
Paraná	21,2	22,9	25,5	27,9	31,6
Santa Catarina	8,8	10,5	11,8	11,1	26,3
Rio Grande do Sul	18,0	18,2	18,0	18,5	2,8
Sul	17,2	18,4	19,5	20,4	18,7
Mato Grosso do Sul	29,4	31,6	32,1	29,3	-0,5
Mato Grosso	38,0	35,9	33,7	31,0	-18,3
Goiás	22,8	25,9	24,9	26,2	14,9
Distrito Federal	33,0	29,4	33,3	30,2	-8,5
Centro-Oeste	29,1	29,7	29,6	28,5	-1,9
Brasil	27,9	28,2	28,8	26,7	-4,2

Fonte: MS/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, MS/SUS e IBGE

Tabela 8 Razão de Mortalidade Materna, por UF de Residência – 2001 a 2004

	Ano				Var 2001-2004 em percentuais
	2001	2002	2003	2004	
Brasil	50,2	53,8	51,8	53,9	7,3
Brasil Corrigido*	70,3	75,3	72,5	75,4	7,3
Norte	49,8	53,1	56,9	52,8	6,0
Rondonia	35,4	37,6	34,7	20,7	-41,4
Acre	13,4	37,9	43,8	30,2	124,7
Amazonas	49,8	60,9	73,5	69,0	38,4
Roraima	52,1	55,6	39,4	10,3	-80,3
Para	54,2	52,2	56,6	58,1	7,2
Amapa	54,8	63,4	27,1	35,8	-34,6
Tocantins	59,2	57,1	69,1	54,6	-7,8
Nordeste	57,4	61,3	62,9	63,8	11,1
Maranhao	85,7	91,6	70,4	76,7	-10,5
Piaui	80,2	83,4	61,7	82,2	2,5
Ceara	67,8	64,9	67,8	78,6	16,1
Rio Grande Do Norte	26,2	30,1	66,9	35,4	35,4
Paraiba	29,3	40,6	48,4	35,3	20,8
Pernambuco	48,1	44,2	52,7	52,2	8,3
Alagoas	25,1	40,3	38,1	48,9	95,2
Sergipe	62,8	75,5	62,4	64,2	2,3
Bahia	61,9	66,1	72,4	68,7	10,8
Sudeste	43,6	45,9	41,7	43,4	-0,3
Minas Gerais	33,8	38,0	39,3	40,0	18,1
Espírito Santo	24,5	43,6	37,4	63,9	160,4
Rio De Janeiro	69,7	74,1	67,6	68,3	-2,1
Sao Paulo	39,8	39,2	33,3	34,0	-14,7
Sul	52,2	56,6	51,3	58,3	11,7
Parana	65,2	57,5	42,6	69,5	6,7
Santa Catarina	42,0	44,3	52,9	43,3	3,1
Rio Grande Do Sul	44,2	62,5	59,7	54,9	24,2
Centro-Oeste	53,6	60,3	52,7	62,1	15,9
Mato Grosso Do Sul	82,4	85,1	79,0	84,2	2,2
Mato Grosso	42,0	56,8	49,4	66,4	58,0
Goiás	59,2	63,9	59,7	58,7	-0,8
Distrito Federal	29,9	34,9	19,5	44,0	47,4

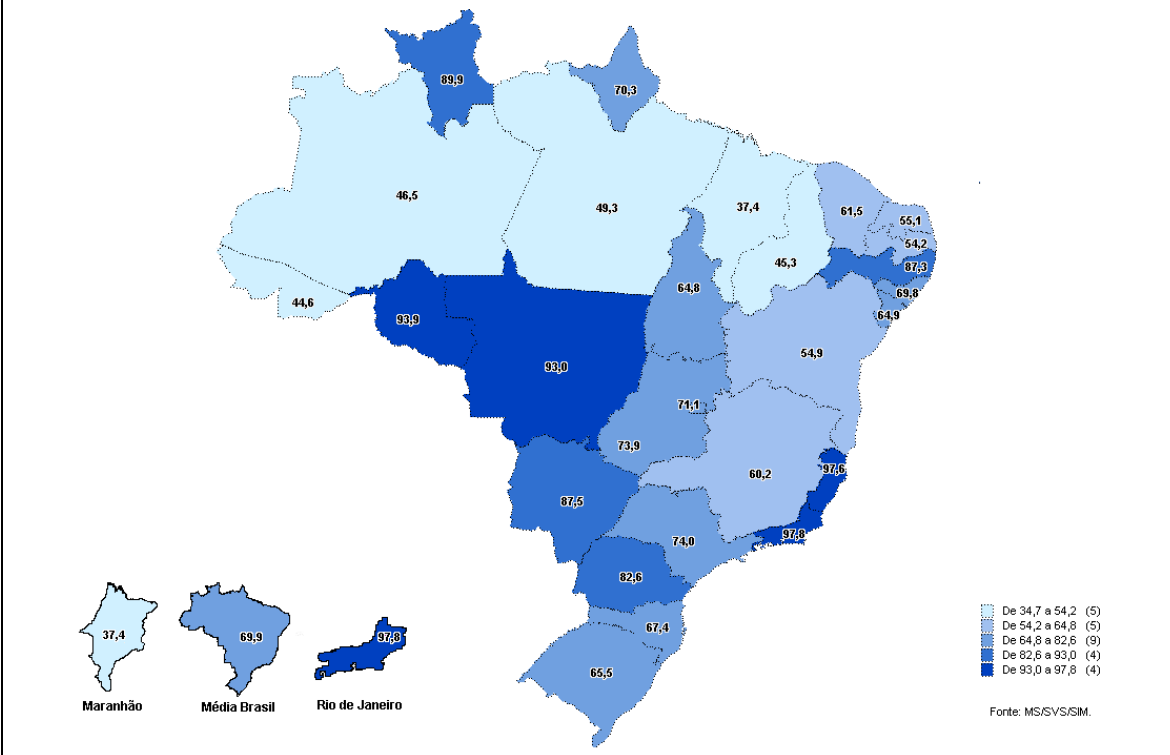
Fonte: MS/SUS e IBGE

*Fator de correção = 1,4

Obs: são consideradas as categorias B20 a B24, o capítulo XV (exceto O96 e O97), A34, M83.0, F53.-, D39.2 e E23.0

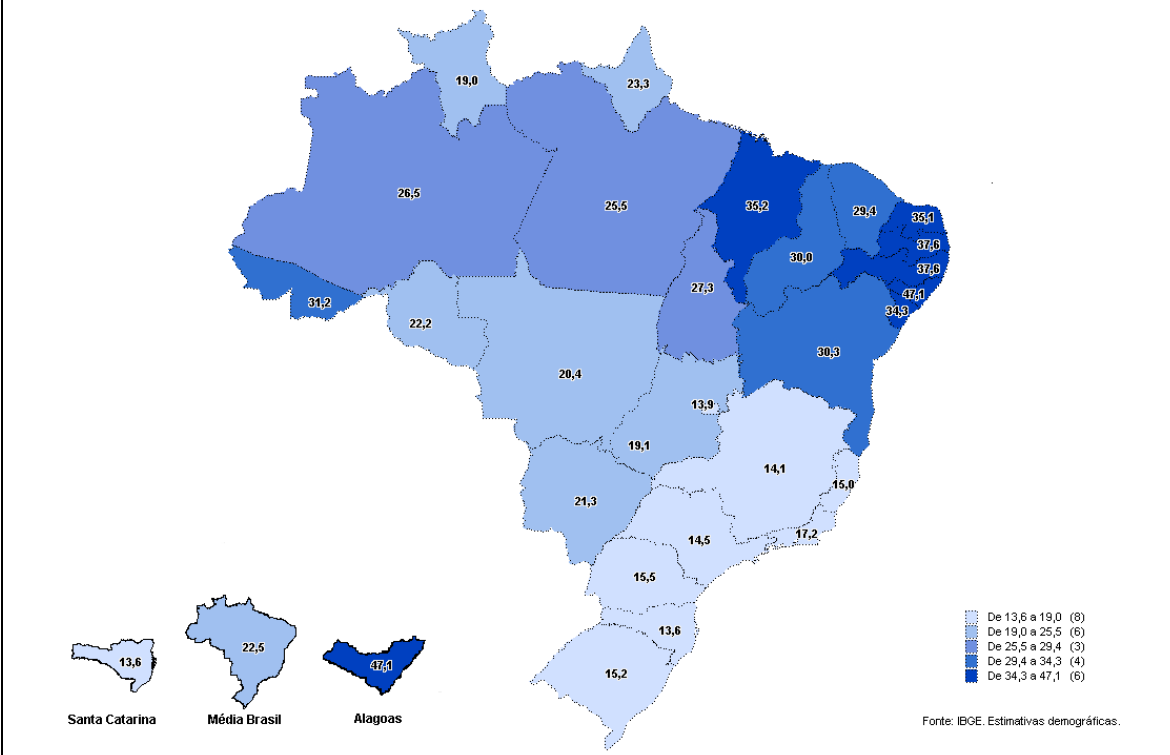
Mapa 1 - Taxa de mortalidade por causas externas (acidentes de transporte e homicídios), por UF - 2004 (por 100 mil habitantes)

É significativo o diferencial das taxas de óbitos por causas externas entre os estados



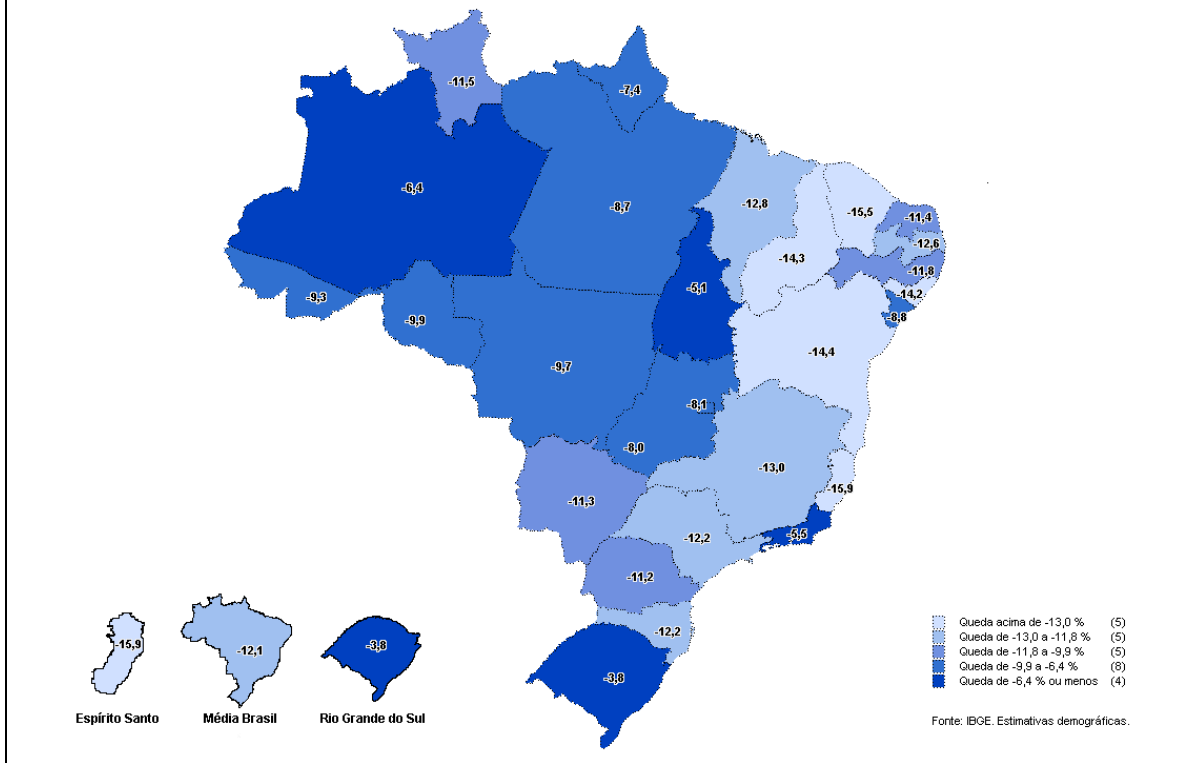
Mapa 2 - Taxa de mortalidade infantil, por UF - 2004 (por mil nascidos vivos)

Há diferenças importantes entre a mortalidade infantil dos diversos estados



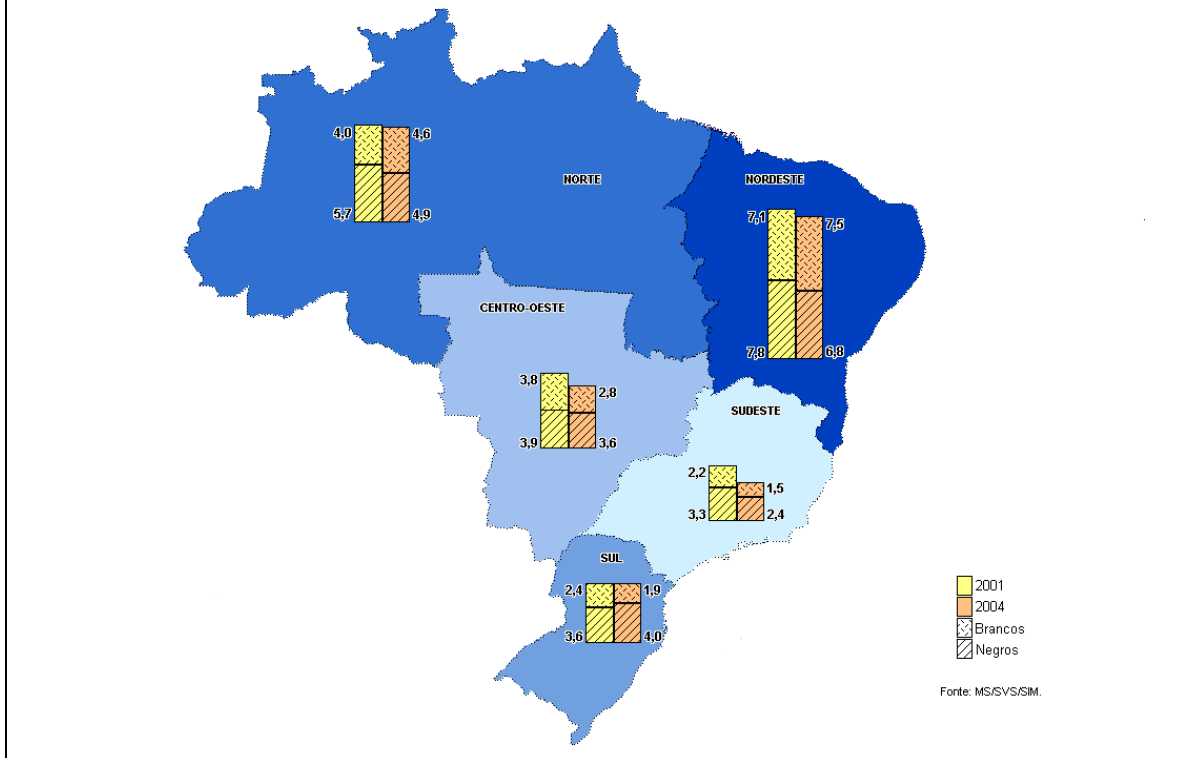
Mapa 3 - Variação percentual da Taxa de Mortalidade Infantil, por UF - 2001/2004 (em %)

A taxa de mortalidade infantil apresentou redução em todas as regiões e em todos os estados



Mapa 4 - Mortalidade proporcional de menores de 5 anos por doenças diarreicas, por região e raça - 2001/2004 (em %)

Em todas as regiões brasileiras, a mortalidade proporcional por doenças diarreicas se reduziu



Mapa 5 - Variação percentual da taxa de mortalidade por causas externas no período de 2001 a 2004, por UF (em %)

As taxas de mortalidade por causas externas se elevaram em todas as regiões, exceto na Sudeste - devido às reduções nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro

